



1

Ata nº 07/2025

2 Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze
3 horas, reuniu-se, de forma presencial, o Conselho Municipal de Educação de Balneário
4 Camboriú – CONSEME na Casa dos Conselhos, para reunião ordinária. Estiveram
5 presentes os conselheiros titulares Ariovaldo Sergio Azzolin, Josiane Fidelis, Nestor
6 Fernandes da Silva, Sarah Moura Machado Severino, Aldeneide Merenciano da Silva,
7 Allan Muller Schroeder, Suelen Mateus Albini da Silva, Mary Léa Rodrigues Blini, Marcos
8 Antonio da Silva, Lívia Ferreira Neves Firmo, Regina da Silva Mendes, os conselheiros
9 suplentes Sirlei Soares, David Robert Berto Lima, Laureci Silveira de Souza Aschneider.
10 Justificaram a falta Cristiane Amorim (Conselho tutelar) Dayane Regina Masselai (EJA),
11 Não justificaram: representante da Educação Infantil, representantes dos Estudantes da
12 Educação Básica, representantes das Escolas Particulares, representantes do Ensino
13 Superior. Foi relatado que a conselheira Elisete Soares Voiticzki, representante dos
14 professores de educação básica pediu exoneração, sendo que passa a ser titular da
15 Educação Infantil a conselheira Gilmara de Moraes Heusser e sua suplente Ivana Cristina
16 Lima Cordeiro. O vice-presidente Marcos iniciou a reunião dando boas vindas a todos. Em
17 seguida foram apresentadas as justificativas de faltas. Após, iniciou-se a leitura das Atas
18 nº 05 e nº06 e ambas foram aprovadas. Marcos relata que o Projeto de Lei sobre a
19 substituição de sirenes no qual o parecer do CONSEME foi favorável, foi aprovado pelos
20 vereadores unanimemente. Dando continuidade a pauta, foi passado para votação o
21 Parecer Bimestral (jan./fev.) do FUNDEB. Foi lido as respostas das perguntas enviadas
22 para o contador Guilherme da Prefeitura. Marcos diz que participou das reuniões com os
23 contadores da prefeitura. Ele explica que aparenta ter sobrado recursos em janeiro,
24 porém, isso ocorre porque a prefeitura adianta o pagamento de janeiro em dezembro e o
25 governo envia os valores somente em janeiro, mas que quase cem por cento dos
26 recursos do FUNDEB são utilizados para pagamento dos professores. Ele diz que seu
27 atual questionamento é se a prefeitura realmente está investindo os vinte e cinco por
28 cento dos recursos próprios, que é obrigação constitucional, na educação. O FUNDEB é
29 destinado para alunos a partir de quatro anos. Marcos ainda complementa que na
30 Educação Infantil poderia estar sendo utilizado esses vinte e cinco por cento dos recursos
31 próprios e deixar o FUNDEB para o Ensino Fundamental. David comenta que em uma
32 formação que participou, o palestrante comentou que quando os entes federados
33 precisassem de complementação do FUNDEB, fizessem a indicação dessas
34 necessidades para serem supridos nessa situação. Diante disso, ele pergunta se no caso
35 de uma necessidade, qual o trâmite que a prefeitura deveria fazer para conseguir mais
36 recursos e se realmente existe essa possibilidade. Após reflexões, é colocado em votação



37 e todos os conselheiros presentes concordaram com a prestação de contas apresentada.
38 Iniciou-se a apresentação dos documentos enviados. Em relação ao Ofício 1.523/2025
39 sobre a denúncia da falta de AAEE, Regina lembra que tem aprovados em concurso
40 público, se a demanda de crianças não está sendo atendida por falta de profissional,
41 poderiam ser chamados os aprovados. Aldeneide comenta que em 2024 foram chamadas
42 15 pessoas do concurso para efetivação e que um dos motivos de não chamarem mais é
43 porque esses profissionais poderiam solicitar aglutinação passando a serem registrados
44 como “professores” e não mais “auxiliares de sala”, informação dada pelo departamento
45 jurídico. Diante dos questionamentos, será encaminhado memorando para o RH da
46 Educação pedindo esclarecimentos dessa situação. Aldeneide sugere que as AAEE que
47 são chamadas para trabalhar 40 horas semanais, não deveriam estar com seis horas
48 diárias na Educação Infantil, desta forma para uma criança de período integral, são
49 necessárias 02 AAEE que no caso de trabalharem oito horas, seria necessário somente
50 uma. O fato destes auxiliares poderem escolher oito ou seis horas diárias, acaba faltando
51 profissionais para o Ensino Fundamental porque sempre optam por seis horas diárias.
52 Acredita que para esse ano não será mais possível reverter essa situação, mas poderia
53 ser pensado para 2026. Sobre o Mem. 28.317/2025 referente a reposição de dois dias
54 letivos no CEM Nova Esperança, Sirlei responde que está sendo pensado em realizar
55 uma palestra com departamento do Patrimônio sobre os custos de recomposição de
56 materiais perdidos como foi o caso do furto de fiação da escola. Marcos, perguntou de
57 onde surgiu essa demanda, e requisitou o documento que comprovasse tal reivindicação.
58 Relata que esses fios eram subterrâneos e que foram furtados porque os muros tinham
59 sido derrubados e que não seria necessário essa reposição visto que eles foram vítimas e
60 não responsáveis pela perda de aula, apontou também outras dificuldades, como os dias
61 específicos em que não ocorreram as aulas e os profissionais que trabalham na unidade
62 nestes dias específicos. Questionou ainda sobre a troca de um dia letivo por uma
63 “palestra”, como forma de tentar compensar as 8 horas de efetivo trabalho escolar, além
64 das dificuldades decorrentes de tentar convocar os profissionais no período noturno ou no
65 sábado, fora de seu horário regular de trabalho. Passando para o Mem. 27.490/2025
66 sobre a solicitação de informações sobre políticas públicas para atendimento de
67 estudantes com transtorno de aprendizagem, com base na Lei nº 14.254/2021, foi lida a
68 resposta dada pelo Departamento de Educação Especial e Paradesporto na pessoa de
69 Rúbia Branco Hildebrando, onde todos os presentes discordaram das supostas medidas
70 adotadas descritas por ela, sendo consideradas inverídicas, pois nenhuma delas
71 ocorrem nas unidades escolares. Regina questiona qual a relação do Departamento de
72 Educação Especial com transtornos de aprendizagem. David aproveita para ressaltar que
73 está muito preocupado com o processo de avaliação e a busca por “índices” das escolas
74 a nível nacional. Coloca que com essas imposições de provas e ainda recuperação



75 paralela de todas as atividades realizadas têm deixado tempo muito reduzido para
76 realmente trabalhar os conteúdos em sala. É necessário criar estratégias para atender os
77 alunos com dificuldades na aprendizagem. O Apoio Pedagógico é um deles, porém, na
78 maioria das vezes o professor está substituindo professores que faltaram. Em discussão
79 sobre essa temática, Sirlei completa que estão sendo feitas reuniões para normatizar o
80 Apoio Pedagógico e assegurar que o professor não seja usado para substituição. Regina
81 diz que esse público específico de transtorno de aprendizagem deve ser acompanhado
82 por psicopedagoga e sugere que o CONSEME solicite à Seduc o levantamento do
83 quantitativo de professores com esta qualificação, além da necessidade de formação aos
84 professores de apoio pedagógico nessa temática. David diz que precisamos diferenciar
85 transtorno, dificuldade e defasagem de aprendizagem, que são termos distintos, para
86 assim traçarmos estratégias. Livia reforça que realmente tem tido dificuldade em relação
87 ao Apoio Pedagógico e que é fundamental construir esse projeto. Arivaldo diz que temos
88 muitas técnicas e que as falas de hoje parecem que não evoluíram e que também fica
89 feliz em ver o grupo pensando sobre educação. Ele sugere fazer trocas de ideias entre os
90 municípios. Sirlei lembra que temos a AMFRI que é justamente para esse objetivo.
91 Passando para o documentos recebidos, o Ofício nº24/2025/CECSAS da Câmara de
92 Vereadores tendo como tema: Formação do Comitê de Acompanhamento do Pacto
93 Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e
94 Adultos no Município de Balneário Camboriú que solicita um conselheiro titular e um
95 suplente com o objetivo de acompanhar as ações e planejamento para que sejam
96 atingidas as metas propostas pelo pacto, bem como sugerir melhorias para as atividades
97 e monitorar os resultados obtidos. Os nomes que representarão o conselho são Dayane
98 Regina Masselai e Regina da Silva Mendes. Mem. 31.731/2025 sobre adequação das
99 crianças por turma no NEI D. maria Francisca realmente precisa de ajuste e o CONSEME
100 seguirá acompanhando e que provavelmente esses ajustes ficarão para 2026, sugestão
101 de no período de matrículas já serem determinadas as vagas por turmas respeitando 1,5
102 mt por pessoa em sala. Também foi conversado sobre as vagas disponíveis na Educação
103 Infantil, que supririam as vagas compradas nas escolas particulares. Será solicitado a
104 SEDUC maior esclarecimento. Os demais documentos foram lidos sem comentários
105 adicionais. Marcos orientou os conselheiros como encontrar no site da prefeitura a aba
106 CONSEME, onde é possível encontrar vários documentos publicados como as atas,
107 pareceres, regimento interno entre outros. O vice-presidente Marcos passa para
108 apresentação das atividades realizadas do Plano de Ação. Marcos relata que a meta de
109 reavaliar o regimento interno já foi realizada. Sobre a Formação para conselheiros
110 escolares, David diz que em reunião com Wilson, estão organizando uma formação com
111 Rodrigo Mito que é da área de direito escolar (UNIVALI) e tendo agenda, pretendem
112 fazer o agendamento. Demais conselheiros relataram que ainda não possuem



113 informações de suas ações do plano. Aldeneide pede para ser revista a data da reunião
114 de julho (31/07), devido ao recesso escolar. Fica resolvido que será uma semana antes,
115 dia 24/07, quinta-feira. É passado para a palavra aberta. Marcos diz que em janeiro foi
116 feita uma reunião com a SEDUC onde foram pontuadas várias situações para serem
117 melhoradas, porém nada foi resolvido ainda. Lembra que o IDEB não é favorável.
118 Entende que seria possível melhorar caso os professores conseguissem, com
119 antecedência, preparar os alunos para as provas. Debora, representante da UDESC,
120 pede que seja divulgado a EJA na Barra Sul e que, por solicitação da secretária de
121 educação, Prof. Maria Ester, estarão fazendo a revitalização da biblioteca do CEM Nova
122 Esperança. Parabeniza o conselho pela dedicação em busca de qualidade na educação
123 de Balneário Camboriú. David comenta sobre a recuperação paralela (adequação do
124 sistema IDS), acha que seria válido quando a avaliação é individual e sem consulta e nos
125 demais casos não deveria ser obrigatório. Fazendo as contas do número mínimo de
126 avaliações em cada disciplina, mais as recuperações e as provas do governo, se torna
127 quase que inviável cumprir com o currículo. Que a recuperação deveria ter como foco a
128 aprendizagem e não a nota. Sarah lembra sobre o “Projeto Bombeiro Mirim” que chegou
129 nas escolas e relata que há um número excessivo de atividades fora do currículo
130 sobrecarregando os professores e que eles reclamam dessa sobrecarga. Ao questionar
131 se é obrigatório executar essa atividade, Marcos diz que não, porque não passou pelo
132 CONSEME. Marcos fala ainda sobre o Plano de Gestão Escolar dos diretores indicados
133 pelo executivo e que é necessário que os diretores apresentem na sua respectiva unidade
134 escolar. É ressaltado a falta de materiais de expediente e qualidade ruim. Sirlei cita que a
135 Educação está precisando de psicólogos porque a demanda só tem aumentado. Em
136 seguida, a reunião deu-se por encerrada. Eu, Monique F. Saut Mello, secretária executiva,
137 lavrei esta Ata.